

CIÊNCIAS SOCIAIS E TRAJETÓRIA INTELECTUAL: ENTREVISTA COM WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS¹

Leila de Menezes STEIN²

Ricardo SAPIA³

Wanderley Guilherme dos Santos não necessita de apresentação. Pessoa dotada de grande agilidade de raciocínio, tem uma trajetória marcante entre os intelectuais críticos brasileiros. Desde os bons tempos da FNFI (Faculdade Nacional de Filosofia da ex-Universidade do Brasil e atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), seu talento e sua tenacidade ganhavam o respeito de seus colegas. A convite do professor daquela casa, Álvaro Vieira Pinto, passaria, em 1960, a integrar o quadro de pesquisadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB - com o que somava à sua intervenção na política estudantil suas primeiras produções teóricas. Publicaria, em 1961 e 1962, os livros *Quem dará o golpe no Brasil*, na coleção Cadernos do Povo Brasileiro da Editora Civilização Brasileira e *Reforma e Contra-reforma*, pela Editora Tempo Brasileiro. Livros performáticos, dada a polêmica que causaram. Nos quadros de um governo social democrático, de 1961 a 1964, que contava com apoio da população e dos partidos de esquerda, suas teses sustentavam a eminência de um contragolpe da direita e dos reacionários do país. Muitos grupos de estudos e de formação política tiveram nesses livros sua grande orientação. Esse também seria o caso de *Introdução aos Estudos das Contradições Sociais no Brasil*, cujo lançamento seria abortado em função do golpe militar de 1964.

Não sem razões, escolheria a militância partidária apenas quando já formado, ocasião em que iniciaria projeto de educação popular em algumas favelas e bairros populares do Rio de Janeiro dos anos 60. A ditadura militar lhe traria a violência do contato com interminável Inquérito Policial Militar e com o desemprego. Ainda que o

¹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Ciências sociais e trajetória intelectual. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.8, n.16, 2004. Entrevista concedida a Leila de Menezes Stein e Ricardo Sapia, em julho de 2003, no Rio de Janeiro. Transcrição das fitas, Tatiana Celestino.

² Departamento de Sociologia e Programa de Pós-graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

³ Doutorando em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

segundo incômodo fosse resolvido com o seu acolhimento pelo Instituto Universitário de Pesquisas Cândido Mendes, a persistência do segundo e a vontade de ter outras vivências e de completar sua formação acadêmica teria como resultado uma estada para doutorar-se na Universidade de Stanford, na costa leste dos Estados Unidos, de 1967 a 1970. Atualmente, Wanderley é eminente professor no Programa de Pós-graduação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro –IUPERJ – no Rio de Janeiro.

Sem dúvida, esse contato com a Ciência Política marcaria sua produção posterior. Na nossa opinião, essa estada resultaria no surgimento de um singular e interessante pensamento, fundado em uma metodologia de análise rigorosa, no recurso à elaboração de base de dados extensa e na importância atribuída à empiria. Escolheria se especializar em Ciência Política, o que teria como resultante a produção de uma das melhores interpretações já produzidas sobre a construção dos direitos e da política social do Brasil. Seu livro *Cidadania e Justiça* pode ser apontado como uma abordagem produtiva para se pensar a classe trabalhadora e seus destinos longe dos limites e das atribuições de sentido do marxismo acadêmico. Esse livro está, também, entre aqueles que demarcam o rompimento com a tradição ensaística das Ciências Sociais, percurso para a sua institucionalização.

Wanderley aceitou nos falar um pouco dessa trajetória de sua vida política e profissional, o que resultaria em duas horas de fita gravada. Conforme combinado antecipadamente, pretendíamos anotar temas para investigação que agora iniciamos sobre perfil dos intelectuais brasileiros. Ocorre que um tema foi trazendo outros e se acabaria por falar um pouco mais do que isso. A entrevista versaria também sobre continuidades e mudanças na política brasileira hoje e em suas instituições. São temas de suas opiniões e de suas reflexões aqui retratadas: a participação, a representação e a política; novas formas de participação e as associações civis; sindicato e capitalismo; a lógica da ação coletiva; a vida universitária atual; identidades sociais e suas lutas; a institucionalização das Ciências Sociais e muitos outros. Finalmente, antes de liberá-los para a leitura da entrevista, devemos anotar que Wanderley nos passou um sentimento de aposta e de crença nas possibilidades da construção da democracia no Brasil hoje.

Leila de Menezes Stein e Ricardo Sapia

ES: Na época em que eu era estudante, acompanhava seus livros e o debate que traziam. Você tem disposição de falar sobre os anos 60 e de sua intervenção na intelectualidade brasileira. Pergunto se você se dispõe a falar sobre esse assunto?

WGS: Me conta um pouquinho sobre seu projeto, isso está dentro do projeto de memória? Você é da UNESP?

ES: Eu já pensei em fazer uma biografia sua, uma história, fazer um trabalho monográfico sobre o seu pensamento, porque eu acho que ele se destaca muito no pensamento brasileiro. Enfim, eu gostaria de ir atrás dessa trajetória. Tenho acompanhado suas opiniões sobre o PT e sobre política. Sou da UNESP, câmpus de Araraquara. A primeira pergunta que eu queria te fazer é sobre a sua formação. Que colégio frequentou aqui no Rio?

WGS: Eu me criei aqui no Rio de Janeiro, nasci em 1935, estudei sempre em escola particular, fiz o ginásio no colégio Rabelo que ficava ali em frente ao Colégio Militar, o Instituto Rabelo, na Tijuca. O científico eu estudei no Instituto Lafaiete, também na Tijuca. Os dois primeiros anos, porque o terceiro ano eu fiz no que nós chamávamos naquela época de *boite*, que eram escolas noturnas onde “pagou, passou”. Eu decidi fazer o terceiro ano ali porque eu queria trabalhar, fazer curso de datilografia e me empregar. Eu não trabalhei, nunca fiquei satisfeito com os empregos que eu conseguiria caso aceitasse os que me apareceram. O fato é que fiquei um ano lá, e foi durante esse ano que eu decidi fazer o vestibular para Filosofia, não por conta da Filosofia ainda, mas por conta da Psicologia. Naquela época a Psicologia era apenas uma disciplina dentro do curso de Filosofia. Embora durante o último ano do científico eu comecei a ter contato com a Filosofia e passei a gostar. Fiz vestibular para Filosofia na gloriosa FNFI, Universidade do Brasil. Quando chegou o final do semestre, no primeiro ano, eu já tinha sido exposto ao primeiro semestre de Psicologia e à História da Filosofia. Eu já estava totalmente encantado e convertido. Continuava gostando da Psicologia, mas vivia pensando na Filosofia.

ES: Seu professor de Filosofia era o Vieira Pinto?

WGS: Foi depois, a partir do segundo ano; no primeiro ano Vieira Pinto não dava aula. Era o José Américo Peçanha. Por conta dele, por conta da disciplina mesmo que ele dava, fiquei encantadíssimo. Dava História da Filosofia, os pré-socráticos. Encantou-me também a metafísica, embora fosse ministrada por um professor muito

católico, o Eduardo Prado de Mendonça. Tinha uma visão muito tomista; aliás, o departamento todo era fundamentalmente tomista. Mas, não obstante isso, a própria matéria me agradava. No final do primeiro semestre o que eu queria fazer era Filosofia mesmo, até gostava um pouquinho de Psicologia, mas era Filosofia mesmo, e então eu me formei em Filosofia. Ao me formar, havia sido convidado para ser assistente de todos os professores; havia cátedras, tanto a cátedra de Filosofia geral, que era do Eduardo Prado de Mendonça, quanto a de Psicologia, que era ocupada por Newton Campos. Acontece que eu havia sido presidente do diretório acadêmico e durante esse período tivemos algumas disputas com o professor Eremildo Viana, que começava seu mandato como diretor da FNFI. Eremildo era reacionário notório, uma notoriedade não muito satisfatória, e tivemos muitos choques. Quando me formei, ele se aproveitou de um problema que surgiu lá com um estudante e criou um inquérito administrativo disciplinar na universidade que envolveu todo mundo de esquerda. Por conta disso, aceitei o convite do Álvaro Vieira Pinto e fui trabalhar no ISEB como assistente dele, no período de 1960 a 1964.

ES: No âmbito de produção teórica você lançaria o livro *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*, que nós lemos na época e que foi muito discutido. Como você situaria esse livro e em qual contexto?

WGS: Nesse período, no ISEB, eu já estava insatisfeito não com a Filosofia, mas com a profissão de filósofo. Achava uma petulância me intitular filósofo e também sentia falta de um conhecimento mais substantivo porque nunca deixei de me preocupar. Gosto de estudar, lia bastante epistemologia sobretudo, mas como posição profissional na vida me deixava insatisfeito. Do ponto de vista intelectual, tudo bem, terminar de ler um livro, ler outros, eu gosto de ler. Mas, como contribuição para o mundo não me satisfazia. Por outro lado, na universidade tinha um envolvimento com a vida política. E publiquei, logo depois da crise de Jânio Quadros, em 1961, o meu primeiro livrinho, um panfleto chamado *Quem dará o golpe no Brasil?*, da coleção Cadernos do Povo Brasileiro, que era dirigida por Vieira Pinto e Ênio da Silveira. Depois disso, no ano subsequente, a agitação política era bem grande, intensa, e golpes e contra-golpes já andavam pelo ar. O Eduardo Portela, da editora Tempo Brasileiro, iniciou uma coleção chamada “Brasil Hoje” e me convidou para publicar alguma coisa; escolhi dois ensaios e publiquei, em 1962, um volume chamado *Reforma e Contra-Reforma*. A essa altura isso já não tinha mais nada com a Filosofia. Mas eu vinha escrevendo e pensando muito no texto do livro *Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil*. Passei o ano de 63 muito envolvido com esse projeto, estudando, escrevendo, e acabou sendo publicado pelo ISEB e Civilização

Brasileira. Na verdade, foi o último livro publicado pelo ISEB. Quem conseguiu esse livro, o fez num sebo, talvez. Quando estourou o golpe militar ele estava recém impresso nos depósitos da Civilização Brasileira para começar a ser distribuído. Acho que alguns poucos exemplares foram vendidos; quando veio o Golpe de 64 ele foi apreendido e não foi distribuído.

ES: E você não foi preso?

WGS: Não fui preso porque fugi para a casa da minha tia. No dia seguinte ao do golpe, eu e Carlos Estevão Martins fomos lá na Civilização. Só estavam lá o garçom do bar e a Dona Maria Fernandes que era secretária geral. Alguns corajosos foram lá para defender e levar os arquivos, inclusive comprovação de contas, essa coisa toda que poderia desaparecer. Nós fomos lá e as paredes estavam todas metralhadas, não havia mais o que fazer. Depois, veio a minha aposentadoria pelo Ato Institucional que não era o nº 1, sendo que foi aberto o inquérito do ISEB. Era uma chateação, fui lá várias vezes no Ministério da Educação. Tínhamos que dar vários depoimentos. O fato é que o ISEB foi fechado por segunda ou terceira medida do Castelo Branco. Eu estava desempregado, com um filho, e outro a caminho. Nós sobrevivemos com o que minha mulher recebia na FNFI e com a ajuda do meu sogro. Eu fazia traduções de livros de bolso, traduzia um por semana, que era o máximo que conseguia, e ganhava 70 cruzeiros por volume. Ficar desempregado é horrível, não era nem um pouco engraçado. Em março de 1965 eu continuava nessa vidinha. Nessa ocasião, encontrei na rua o Gilberto Paim, um economista que tinha sido do ISEB e que chefiava o setor de economia do Correio da Manhã. Ele disse que tinha encontrado o Cândido Mendes que este havia acabado de criar um instituto, cujo nome ele não lembrava. Paim tinha indicado meu nome para o instituto. Liguei e marcamos um encontro em abril. Comecei a trabalhar no IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro).

ES: Mas como foi, afinal, esse deslocamento da Filosofia para a Ciência Política?

WGS: O Vieira Pinto me mandava pesquisar sobre o pensamento filosófico consagrado no Brasil, eu achava aquilo uma chatice. Na pesquisa nos livros eu comecei a descobrir panfletos e livrinhos de filósofos desconhecidos que achava muito mais interessante. O último curso que eu fiz no ISEB foi no verão de 1964, sobre teoria desenvolvimentista. Era sobre a evolução da idéia de desenvolvimento e nacionalismo desde o século retrasado. Portanto, não era mais Filosofia que eu queria fazer profissionalmente. Então, pós 1964, eu não tinha destino profissional ainda e o IUPERJ

era um instituto de pesquisas na área de ciências sociais. No entanto, eu não tinha essa qualificação. Quando a Sociedade Brasileira de Instrução, que está na origem da Faculdade Cândido Mendes, abriu um convênio com a Fundação Ford para implantar a área de Ciência Política, fiquei muito interessado. A Fundação Ford, a exemplo do que já tinha feito ao montar uma estrutura para o ensino da moderna economia no Brasil financiando a Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, fazia a mesma coisa com a área de Política que ainda não existia. A área de Política como disciplina independente não existia. Era uma disciplina dentro do curso de Ciências Sociais. A Sociologia já tinha sua área reconhecida, a política ainda não. Então a Fundação Ford começou a financiar o envio de estudantes para o exterior, para os Estados Unidos. Vários destes alunos já haviam voltado e criado o Departamento de Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais. A Ford estava financiando uma biblioteca, construindo uma biblioteca moderna de ciências sociais e algum financiamento para revistas. Neste momento o IUPERJ começou a publicar a Revista *Dados*. Então, dentro desse contexto é que eu fui para os EUA estudar Política no Departamento de Política da Universidade de Stanford, em 1967. Em Stanford, pela primeira vez, eu era o mais velho da turma, eu já tinha três filhos e tinha três livros publicados. Saí daqui como uma pessoa mais ou menos pública, pelo menos conhecida. Sofri um certo impacto, lá eu era simplesmente um latino-americano.

ES: Falava bem inglês?

WGS: Não, eu lia bem, tinha vocabulário, mas não tinha comando. Para falar eu tinha que pensar a frase, falava muito errado, a pronúncia não era boa, e tinha que pensar em uma língua em que eu não era fluente; mas nada melhor do que se viver num país para se aprender a língua, eu tive seis meses para aprender.

ES: Qual era a cidade?

WGS: Stanford, perto de San Francisco e de Berkeley.

ES: É mais aberto, tudo o que tem de novo nos Estados Unidos acontece lá.

WGS: Sim, mas eu estava do outro lado da ponte e o pessoal de Stanford é muito conservador, a cidade é mais aberta, a universidade é conservadora. Lá fiz meu

doutoramento. Quando voltei para o IUPERJ montamos a pós-graduação, começamos com o mestrado.

ES: O seu doutoramento foi sobre o que?

WGS: Eu fiz três áreas de especialização: Teoria política, Política comparada e Análise Política, minha tese foi sobre o Golpe de 64, teoria sobre o golpe, sobre a crise política e a publiquei só agora. Muito reescrita, reformulada, chamada agora com o seu nome original *Cálculo do conflito*. Criou-se, então, a pós-graduação no IUPERJ, e aí eu já estava formado como cientista político.

ES: Você pertencia a algum partido político, alguma organização pós-64?

WGS: No pós-64 eu fiquei muito afastado, eu não tinha como me mobilizar, eu tinha que prestar depoimento quase semanalmente. Todo mundo que teve uma militância anterior ficou com medo em 64. Tivemos uma passagem pelo Movimento Revolucionário de Tiradentes, mas isso foi antes de 64, depois não tinha como. Depois que eu voltei dos EUA, curiosamente quando em 1974, 1975, o IUPERJ foi invadido várias vezes pela polícia política. Foi lentamente que a oposição conseguiu se organizar. Havia o Teatro Opinião, havia a Casa-Grande, fazíamos, devagar ainda, porque não era brincadeira. Eu retomei então na década de 70, entre 64 – 70 eu fiquei três anos fora.

ES: Você poderia falar um pouco sobre o período pré 1964?

WGS: A minha cassação política começou a partir do diretório acadêmico. Eu fui candidato ao diretório acadêmico por acaso dentro do Partidão (apelido atribuído pelos estudantes ao Partido Comunista Brasileiro, LMS), mas eu não era do Partidão. Fui eleito como representante dos alunos do curso de Filosofia, porque a Faculdade de Filosofia formava professores de todas as disciplinas. Então você tinha departamento de Física, Química, Ciências Naturais, de Matemática, de Filosofia, de Ciências Sociais, uma série de departamentos de várias ciências. E o diretório acadêmico prestava contas a um conselho de representantes dos alunos dos diversos cursos. E eu fui ser representante do curso de Filosofia. Fui chamado para compor a chapa porque tomei algumas posições nas reuniões do conselho, posições que a mim pareciam de muito bom senso em uma faculdade que havia uma imensa discussão política. Por

conta disso o grupo que estava no diretório acadêmico, que havia sido eleito depois de dez anos de uma gestão conservadora, houve uma renovação. Houve um movimento de independência dos diretórios, uma agenda preliminar dos estudantes. Os diretórios anteriores eram oficialistas, então essa gestão foi que me procurou e eu fui candidato como continuidade dessa gestão. No meu mandato ninguém tinha partido, e houve um congresso da UNE, de onde saiu o presidente da UNE, o Aldo Arantes, o Vinícius Caldeira Brandt. Nessa eleição, que foi em 1957 no Colégio Nova Friburgo, ficou decidido que o movimento estudantil se definia pelo nacionalismo, a questão fundamental da época era o nacionalismo e eu estava totalmente convencido de minha função. Voltamos e fomos a primeira faculdade a colocar uma faixa enorme na sua entrada: “Esta faculdade é nacionalista”. Foi uma briga do inferno. Alceu Amoroso Lima, professor do Departamento de Letras, que não era nacionalista, era universalista e os professores da ala conservadora reclamavam porque a faculdade não era só estudante, também era professor. Enfim era polêmica. E eu como sempre comecei a me envolver em política já extravasando a universidade, a faculdade e a UME (União Metropolitana de Estudantes). A questão da UME não era só uma questão de estudante, era uma questão de política nacional, aí comecei me envolver e minha posição sempre foi naturalmente de esquerda. Quando eu estava na faculdade eu não pertencia a nenhum movimento ou partido, quando eu sai da faculdade e fui para o ISEB e me aproximei do Partidão. Àquela época estava sendo convocado um congresso que ia se discutir as teses do 20º Congresso do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas –URSS. Nós tínhamos uma base que era a base de estudos sociais que pertencia a *Revista de Estudos Sociais*, que era do partido. Não gostava daquele negócio, porque eu sempre fui um intelectual pequeno-burguês metido a independente: eu não quero seguir, eu só vou do jeito que eu gosto, se não eu não vou, não adianta. As discussões tinham como dirigente o Salomão Malina.

ES: Secretário da base da Faculdade Nacional de Filosofia, não era isso?

WGS: Era secretário da base do PCB. Segundo me informaram, Salomão Malina morreu o ano passado, foi secretário do partido. Era uma figura de respeito e foi o soldado brasileiro mais condecorado na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Mas não era possível discutir minhas teses lá, e depois a cada reunião tinha que mandar um representante ao Congresso. A eleição que foi feita, porque nessa base tinham três pessoas que seguiam o partido, era para escolher um representante do partido para o congresso. Fiquei chateado e caí fora, até porque eu também discordava da linha do partido, que era uma linha de conciliação. O partido aceitava uma revolução nacional-desenvolvimentista que deveria ser liderada pela burguesia naci-

onal. Eu achava que isso ia dar é golpe. Foi aí que eu saí do partido, mas comecei a me envolver com política, e estava inquieto e comecei a dar aula na Favela do Acari e no Morro de Santa Tereza, onde eu morava. Eu queria me aproximar, eu queria ver como é que era, queria começar a conscientizar o povo, a alfabetizar, embora eu já soubesse que não iria levar a revolução nenhuma, mas era o que eu queria fazer. Por conta disso terminei reiniciando contato com o pessoal da universidade e com o Movimento Revolucionário Tiradentes.

ES: O Movimento Revolucionário Tiradentes era liderado por Francisco Julião. E essa sua adesão temporária a um movimento mais radical tinha sua formulação mais teórica no livro *Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil*. Teve repercussão, também, esse livro?

WGS: Soube quando voltei ao Brasil, em 1970. Sei que havia uma ou duas correntes de oposição e, a essa altura, a esquerda já estava toda sacramentada, vários movimentos, a resistência armada, o pessoal na clandestinidade. Eu soube através de alguns alunos que faziam parte do IUPERJ, que o livro mais lido era *As contradições sociais no Brasil. A Reforma e Contra Reforma* não teve tanta importância não, assim como *Quem dará o golpe no Brasil*. Eu sei que o livro era estudado, o que por um lado era gratificante e por outro era assustador, porque não achava que tinha mais caminho, na época dos 70, para a luta armada. Eu já achava que não dava mais e comecei a repensar o problema da revolução popular no mundo moderno.

ES: No caminho popular, você fala, pelo caminho da guerra popular?

WGS: É da guerra popular. A disparidade de forças era um negócio meio complicado e não tinha um exército, mas não era bem isso. Eu achava que por aí não dava, então ficamos assustados porque viver um golpe não é fácil. Quem estivesse naquela luta, coitado, negócio bravo. Mas o essencial da análise do *As Contradições Sociais no Brasil* tinha a ver fundamentalmente com o fato de que a dinâmica era fundamentalmente interna, e que internamente no Brasil as empresas americanas ou estrangeiras agiam de modo similar, não havia diferença de comportamento entre elas. Não sinto que as empresas nacionais não estavam obedecendo às leis de mercado, agiam fundamentalmente em termos de mercado e o que definia as posições das duas era a diferenciação tecnológica e não ideológica. Então, por tudo isso, acho que é assim e o que mudou! Com dificuldade; eu não tenho uma resposta simples, como é que se administra e o nacionalismo permanece, mas naquela época acho que tinha a maioria. Não é

o nacionalismo do Gerdau, certamente não tem nada a ver, acho que penso a mesma coisa. A diferença é que antes eu achava que tinha uma solução, uma via para se resolver a situação do país, resolver o lado principal da contradição principal, hoje eu não penso mais desse modo e se ainda existe um caminho eu não o conheço. É uma coisa mais complicada, mas essencialmente eu penso a mesma coisa.

ES: A participação política hoje tem uma outra dimensão. Como você está sugerindo, diante de situações complexas não se pode ter respostas simples. Mas e o Partido dos Trabalhadores ganhar a eleição? Uma outra pergunta que quero te fazer se refere a sua estada nos EUA. Alguns acharam que tinha mudado seu perfil, que tinha aderido ao “sistema”, não foi?

WGS: Muito, o Partidão não me perdoava.

ES: O contato com a cultura norte-americana ajuda a se reciclar; então, esse contato lá mostra uma outra dimensão da complexidade do mundo contemporâneo. Como foi para você?

WGS: Quando sai do Brasil, eu não era mais marxista, embora no Brasil também tivesse deixado de ser socialista. Deixei de ser marxista, mas acho que eu nunca fui, porque eu sempre fui um intelectual pequeno-burguês. Eu nunca me senti bem, tinha coisas que eu achava que o marxismo não me respondia. O Estudo d’*As Contradições Sociais no Brasil* é um tipo de trabalho que eu fiz, como alguns que de vez em quando eu faço, às vezes eu rasgo e fico pensando. Eu não tenho exatamente todas aquelas posições, mas estão discutindo as coisas em termos tão primitivos que eu retomo aquela posição. Mesmo dentro dessa tradição não é assim que deve ser tratado, então é o ortodoxamente marxista que quer colocar o PC como ortodoxamente marxista errado. Mas só que eu não era ortodoxo, eu não era mais ortodoxo há muito tempo. Quando eu comecei a estudar, naquele momento eu estava encantado, mas estava encantado porque o pensamento social brasileiro parecia tão rico. Mesmo os intelectuais do ISEB afirmavam que tudo era determinado pelo econômico, inclusive o pensamento, como se não existisse outra maneira de entender. Comecei a descobrir muitos intelectuais brasileiros, como Mauá, por exemplo. Nessa pesquisa sobre pensamento filosófico eu descobri isso, comecei a ficar encantado, eu só lia sobre isso. Eu trabalhava no SESC, havia conseguido um emprego no SESC, meio expediente, aqui na rua Marechal Ancora. No Departamento Nacional, em frente ao aeroporto Santos Dumont. Tinha excelente biblioteca, hoje quando passo lá vejo que é um

restaurante. Eu chefiava uma seção pequenina dentro do SESC e não tinha muito que fazer. Ia para a biblioteca e ficava lendo encantado, isso em 62, 63. Não era marxista no sentido de defender a ortodoxia do Partido Comunista. A oposição ao Partido Comunista já tinha começado e o livro *A Introdução ao Estudo das Contradições Sociais* foi violentamente criticado na revista *Estudos Sociais* por um membro do Comitê Central do Partido Comunista. Respondi as críticas na própria revista e ele levou para o jornal *Novos Rumos* e fiz a réplica no mesmo jornal. Ele encerrou o debate dogmaticamente e todo mundo conhece que o Partido tem uma poderosíssima máquina. E eu sei que quando fui para os EUA, eu sabia que ia ser violentamente criticado. O fato de eu deixar de ser marxista não tinha nada a ver com os EUA; eu voltei muito mais socialista e nacionalista. As pessoas não sabem, mas não só eu, como todo mundo que eu conheci lá, que eram todos conservadores quando saíram do Brasil. O pessoal das áreas de exatas, que estudava Engenharia Mecânica, por exemplo, e que era reacionária aqui, voltava um indivíduo bacana. Voltava exatamente o oposto, voltava todo mundo anti-americano, nacionalista. O fato é que não foi por aí não, o fato é que já antes de eu sair daqui minha militância nas Ligas Camponesas me havia levado a concluir que aquela também era uma estratégia equivocada.

ES: Tem algumas repetições históricas no Brasil. Você está falando sobre as Ligas Camponesas e não tem como pensar, por exemplo, no Movimento dos Sem Terra – MST. O que você pensa do MST diante do Governo Lula?

WGS: Eu vejo o MST de um outro ângulo, eu acho que esse movimento não tem futuro porque o problema é que eles são um dejetos da revolução capitalista que houve no campo no Brasil. O campo está capitalizado, houve a reforma agrária, só que capitalista.

ES: Do Delfim Netto?

WGS: Começou com o Delfim Netto. Eu comecei a ver nos dados censitários onde é que os empresários iam buscar mão-de-obra para assalariar, seria dos pequenos proprietários que seriam expulsos pela capitalização, expropriados do seu instrumento de trabalho, classicamente marxistas, não tinham outra coisa para viver a não ser trabalho. Só que uma revolução agrária capitalista não tem como absorver toda a população que vive no campo pré-capitalisticamente. Então o Movimento do MST é a terra, é a periferia, é o que foi expulso, mas não tem trabalho. Alguns assentamen-

tos, inclusive pelo que eu olhei, têm sido fracassados. Não tem como a pequena propriedade se sustentar fora da circulação da mercadoria, fora dos transportes, fora do capitalismo. Esses homens estão sendo expulsos pela revolução capitalista agrária. Revolução é loucura, então, fazer o que? O que eles podem ter, eles falam: “queremos terra”. Mas terra é a coisa mais fácil do mundo, invadindo podem dar. Daqui a pouco eles vão estar na rua outra vez, se não tiver por trás uma política de crédito agrícola, de intermediação, de uma série de coisas que eu não sei se é racional economicamente, se o governo vai fazer, se qualquer governo hoje poderia fazer. O que é hoje a população economicamente ativa do campo nos EUA, na Inglaterra e na França. Mais de 70% da população está nas cidades, é tudo mecanizado. A terra não quer dizer mais nada. Se este ano sobrevive, vai voltar no próximo aquela coisa da subsistência, aquela miséria. O MST não me assusta, eu fico angustiado porque não tem futuro no capitalismo, nem fora do capitalismo. São exatamente um subproduto da revolução capitalista, não teve lugar para eles, o Centro-oeste do Brasil e o Sul do país está todo capitalizado. Então o MST como um ator político é irrelevante, apesar de ser um problema social sério, é muita gente, mas não é um problema político, não tem conteúdo político.

ES: Mas é uma identidade social nova que surgiu. Um movimento que tem escolas, tem formação política. É uma construção de uma identidade, é uma idéia de uma nova categoria social

WGS: Só não tem trabalho, não tem como. Não tem lugar para o MST, a concepção de suporte que eles tem é uma identidade social, mas não é uma identidade que decida economicamente, nem politicamente. É uma identidade social, mas não tem viabilidade econômica nem política, então eu não entendo o que vai acontecer. Cada vez mais cresce, como nunca parou mas é que não aparece nos jornais, a repressão violenta. Quanto mais longe do que os que se aparenta visível mais violenta é a repressão, e é isso que vai acontecer, eu não tenho ilusões com isso não.

ES: Talvez uma frente, talvez a formação de uma frente de excluídos; têm muitos excluídos, não é?

WGS: Não tem frente possível entre os excluídos. É uma categoria que é muito heterogênea, por isso as identidades sociais são divididas, reivindicam coisas que são sociais. Não precisa de mudança de governo, nem de forma de governo, nem reforma eleitoral, nem da estrutura de poder, não precisa nada. É uma demanda, como houve

a liberação das mulheres, como a liberação dos negros, mas não se altera nada. Há uma diferença muito grande quando se tem a discriminação institucionalizada que você precisa uma lei que revogue sua disposição em contrário, revogar a disposição em contrário significa você revogar o poder. Nos Estados Unidos, a democracia se transformou em um sentido fervoroso na década de 60, porque lá os negros não votavam por questões censitárias. No mundo, a primeira coisa que cai como obstáculo à participação é o nível de renda e a última foi a discriminação à mulher. Nos EUA é o único em que foi o negro, porque até as leis do direito civil não se estendem a eles e tinha a discriminação sutil, mas não pode, não tem, é muito diferente quando ela deixa de ser institucionalizada. Deixa de ser legal discriminar. Isso faz uma diferença; negro americano sabe qual é a diferença, você não encontra nenhum negro americano dizendo que o Brasil é igual aos EUA em matéria de raça. Só branco diz isso. Os negros norte-americanos sabem muito bem o que significa ter na lei que negro tem que ir para banheiro diferente, tomar ônibus diferente, ir para escola pública diferente, universidade diferente e emprego diferente. Lei não é brincadeira, como se faz para revogar uma lei dessa? São conquistas sociais. Então os excluídos aqui, sejam mulheres, sejam *gays*, sejam negros, formam uma frente heterogênea em que a demanda é fundamentalmente social. Isso é uma coisa que não muda o sistema político, é nesse sentido que eu estou falando viabilidade política, alternativa política, tem identidades sociais e tem levante sociais que podem ser atendidos. É importante fazer a Parada *Gay*, é importante porque acaba com a discriminação, ganham-se direitos civis e sociais, não se mexe com a política. É evidente que é importante você condicionar e ter influência na formulação de política pública, mas é muito específico. Se a gente conseguir a previdência social tem que ser para todos.

ES: Quando a gente se refere aos Movimentos *Gays* não dá para esquecer o movimento pelo tratamento dos aidéticos, em que tiveram forte influência.

WGS: O Brasil tem uma política, aliás, muito boa. São movimentos sociais importantes pelo avanço da democratização da sociedade, mas que politicamente não tem resultado, não é aí que os destinos políticos do país se decidem. É dentro do parlamento, tem que ter mandato, tem que poder converter propostas em lei, tem que poder botar a força do Estado e impor o que tem que ser feito. Isso é que tem relevância política; se não tiver isso é irrelevante socialmente. Formar grupos de pressão, organizar associações com presidente, ter eleição regular, etc. Mobilizar gente para fazer, isso que é importante. Mas qual é o papel desses movimentos dentro da dinâmica política? São sindicatos, associações, tem que se institucionalizar para ter impacto político, senão não tem. Só tem impacto social. Precisa chegar ao nível político.

Teve, recentemente, uma proposta formulada que legalizava a profissão da prostituta. Ele pode fazer isso.

ES: Dentro da sua idéia de cidadania regulada aqui no Brasil, que é um pouco o que você está afirmando, quais seriam as possibilidades do governo Lula e do PT, com esses novos ares na política brasileira? O que você vê de novo como possibilidade de organização da sociedade civil, dessa construção democrática?

WGS: Em relação ao conceito de cidadania regulada?

ES: Esse foi ficando para trás, ainda tem os que defendem e os que pedem.

WGS: E os que pedem, isso é curioso. Você tem ao longo do tempo uma quantidade enorme de profissões que foram desaparecendo, e, portanto, todas as regulações que elas tinham deixam de existir. As novas profissões que estão surgindo, e todas pedem reserva de mercado, esse pessoal de informática, digitador, essas novas profissões pedindo as mesmas coisas, ou seja, aquilo que foi, fundamentalmente, instrumento de Estado. Organizava ao mesmo tempo que controlava o movimento, a divisão social do trabalho, a penetração dentro da arena na competição, as demandas da própria sociedade. Mas se você acaba com o sindicato único, você não tem como continuar com cidadania regulada, porque ela só faz sentido no sindicato único.

ES: Tem uma proposta de sindicato cidadão, de se abrir a representação para além do ambiente do trabalho, você sair do conceito de classes sociais, classe no sentido clássico e adotar o conceito de cidadania mais abrangente.

WGS: Mas a hora que se adota o sindicato cidadão, chega o pluralismo sindical, bem perto. Não se tem mais a cidadania regulada, pois cidadania regulada implica fundamentalmente em reserva de mercado, quer dizer, esse sindicato único tem que encontrar outro caminho.

ES: Eu tenho acompanhado o sindicato nos EUA, e tenho visto a *American Federation of Labor – AFL-CIO* – fazendo coisas totalmente imprevisíveis como, por exemplo, organizando sindicatos de faxineiros na Califórnia, investindo na organização dos trabalhadores em *delivery*. Patrocinando greves. Você tem informação? Você poderia falar um pouco sobre isso?

WGS: Não tenho informação, eu acho até uma coisa interessante, porque a ação coletiva é muito difícil, muito disperso, você organizar, você ter uma ação coordenada, a fábrica favorece isso. Eu sou do sindicato dos professores e não vou a assembleia, nunca fui, sabe por que? Porque ele é um sindicato único, conseqüentemente tudo que ele conseguir eu vou ser beneficiado, vá ou não às assembleias, então eu não perco horas de estudo ou de trabalho, ou de lazer, eu não leio folheto do sindicato, eu não faço torneio com os professores, eu não faço nada disso, eu confio nos meus representantes, só que é um custo. Mas eu posso fazer isso porque eles não têm como me excluir.

ES: E o PT no poder, quais são as perspectivas para a democracia?

WGS: Sobre o PT gostaria de dizer que eu me mobilizo na época de eleição, mas também antes da eleição. Desde que o PT surgiu comecei a escrever sobre seu significado. Para mim, o PT era o limite, a esquerda que a direita podia ir civilizadamente, porque um pouco mais e teria que “baixar o pau” em milhares e milhares de pessoas. O limite da direita à esquerda, assim como os militares eram o limite da esquerda à direita. Eu escrevi sobre a importância para a democracia brasileira do PT. Não se faz outro 64 no Brasil em 24 horas e fica por isso mesmo, não faz. Tem que se estar com disposição para fazer o que for possível, porque no grito não vai. Venho escrevendo sobre isso, e agora com a campanha escrevi mais. Antes da campanha escrevi um texto que gosto muito “A educação política de Lula”, na revista *Época*, acho que foi em julho do ano passado. Minha segunda ou terceira colaboração com a revista *Época* o ano passado. Escrevi e participo. Agora depois que a eleição se resolve não se pode chegar perto do poder não. Fica todo mundo achando que você está levando alguma coisa, buscando alguma coisa.

ES: Qual seria hoje o papel do sindicato em relação ao governo, um governo que veio do sindicato?

WGS: Primeiro tem o problema interno que nós já falamos antes no sindicalismo, sindicalismo único que está sob pressão. Não está decadente no sentido de estar perdendo participação. Os dados não mostram isso, mas mostram que a participação continua baixa, como sempre foi e tem alguns setores em que até aumentou um pouquinho, conforme os artigos do Adalberto Cardoso. Internamente há um problema por conta da situação social e histórica do sindicalismo brasileiro que está “a perigo”. Mas do ponto de vista de participação não sofreu um declínio, parece que há

alguma coisa que não é muito boa com o sindicalismo, tenho um texto chamado “O século de Michels” em que discuto esse efeito. Tinha o monopólio da participação, não havia distinção entre representação e participação. Participar era participar pela via sindical, nesse período o sindicato é soberano do ponto de vista dos excluídos ou dos incluídos regulamentemente. É soberano e não tem competição. O sindicato operário está passando por alguma coisa parecida com o que está se passando com a Federação das Indústrias de São Paulo –FIESP. Começou a ser desintegrado o monopólio da participação e se começa a aceitar legalmente a formação de associações, tanto como representante, como participante ou como demandante. Recentemente começaram a surgir aquelas associações de bairro e associações de setores diversos da economia. O que o sindicato tem hoje de diferente é uma espécie de restrição à única participação daqueles que são sua clientela. O padrão anterior não existe mais. Antes a União Nacional dos Estudantes –UNE - procurava os sindicatos para apoiar uma demanda ou outra, procurava o comerciário. Hoje você tem uma série de associações que se criaram e que quebraram o monopólio da participação, ou seja, você não precisa ficar no sindicato para participar. Acho que a legalidade da associação civil supera o problema de única participação. A associação é legal, é reconhecida. Ocorre, então, que a mudança nos sindicatos do mundo inteiro foi a queda no monopólio da participação. Assim, algumas agências, dependendo do contexto, saem-se melhor que os sindicatos. Quando é muito específica pode se sair melhor que os sindicatos ou confederações e, por outro lado, do ponto de vista do empresariado é a mesma coisa. Não foi só com o movimento operário que isso aconteceu. Exatamente a mesma coisa se vê no pessoal da confederação das indústrias (FIESP), proclamando participação, porque é a mesma coisa. Durante anos, assim não é só no Brasil, o fim do monopólio das vias representativas aconteceu nos sindicatos, aconteceu nas associações empresariais, aconteceu no parlamento e nos partidos políticos. Uma das causas do partido político estar em crise deve-se ao fim do monopólio da representação. Tem que se estar na Câmara ou tem-se que estar no partido político. Para fazer lei você tem que ser um político tradicional e estar em um partido político. Se continuasse o monopólio da representação, podia-se chegar no Congresso Nacional e dizer “eu sou líder sindical, eu sou da associação”. Não funciona, não tem mandato e nem legalidade, não pode. Agora perdeu o monopólio da participação, só tem participação via representação. Na urna se pode participar. Todo mundo erra e perde e, então, se começa a procurar na participação política uma alternativa. Não existe isto. Ai se começa a pensar que os partidos estão em decadência, o monopólio é que está. Agora qualquer um pode participar, é legal. Você pode ir para a rua, fazer discurso, se quiser, juntar gente e fazer um manifesto, é legal fazer isso. Não é preciso que um político faça com você, mas, em algum momento, para te representar, vai ter que ter um político. Não basta você ir às ruas. O juizado de pequenas causas, em certo sentido, é uma ameaça

maior aos partidos, porque nesse juizado você pode entregar a um terceiro a representação, pode-se fazer acordos. A lei decide sobre uma querela e, de algum modo, em um acordo você decide. E isso é uma ameaça maior porque vai direto no âmbito da representação; a participação acabou, não tem jeito.

ES: E a questão do imposto sindical?

WGS: O imposto sindical vai acabar. O que talvez se possa fazer, o que deveria ser estudado, é a eventualidade de um escalonamento, ou algo assim, acabar num longo tempo. Não se pode deixar de contribuir; como é que vai viver um sindicato no interior do Pará, por exemplo? Alguma coisa tem que ser feita senão o impacto no movimento operário, na vida do trabalhador, será muito grande. O sindicato pode parecer não ser nada, mas é muita coisa. Pode não ser aqui em São Paulo, mas no interior de Alagoas o sindicato é um salvo-conduto, se não tiver mais a entidade civil, acabou. Eu acho que não tem futuro o imposto, mas ainda tem que se pensado.

ES: E é um dos pontos principais da reforma que o PT está discutindo com as centrais sindicais e não está tendo acordo. Outro ponto de discussão se refere a repassar a gerência da qualificação profissional e das rendas do FAT para o Ministério da Educação, retirando do Ministério do Trabalho.

WGS: Sobre as primeiras eu não vi nada não, mas sobre essas eu estou acompanhando um pouquinho, é o senhor dinheiro, é um dos fundos importantes de investimento, de empréstimo.

ES: Esse fundo faz parte daquela porcentagem do BNDES – 40% –, se destina à qualificação. O sindicato hoje tem como política cotidiana a promoção desses cursos, porque você é um mecanismo, de uma certa forma dentro dessa crise do movimento, de ter uma base, uma clientela.

WGS: A Força Sindical se apóia so nisto.

ES: A CUT também apóia, mas teoricamente a Força apóia mais. No caso do sindicato rural os cursos são feitos para os trabalhadores que são expulsos do corte de cana com a mecanização do setor canavieiro. O sindicato está promovendo um aplicativo básico de microinformática, aplicativos do *Word*. Penso que são cursos

muito caros com a verba do FAT, quando a proposta é de recolocar no emprego, e não tem como se mensurar isso porque não recoloca.

WGS: Isso é um contexto de retração econômica que já tem 10 anos, você talvez nem lembre porque no país as questões mudam. Quando se tiver retomado o desenvolvimento de expansão da oferta de emprego, toda essa questão terá outra cara. Imagina uma situação como essa em que se precisa de emprego. Há a ilusão de que se você tiver um ano a mais de educação você consegue emprego e depois tem aumento salarial. É mentira, mas as pessoas acreditam, tem que acreditar senão vão fazer o que? Se tiver oferta de emprego, muda tudo, você pode mandar o patrão “ir a merda” que no dia seguinte você arruma outro emprego, então ele tem que tratar direitinho, é outra coisa, nesses períodos é outra coisa. Na ditadura dos militares só não foi essa coisa porque era a ditadura. Mas o país em expansão é outra cara, outra psicologia, outra energia. Agora do jeito que a gente está, a perspectiva de curto prazo é brincadeira, não é por culpa do PT, é porque realmente estamos mal, não se sai assim de 15 anos de besteira, não sai.

ES: Como é que você está vendo a questão do ensino superior diante dessas mudanças do capitalismo, se está vivendo um momento de inflexão. O que você pensa dessa questão? Nas ciências sociais me parece existir uma institucionalização um pouco dura. Avaliações e produtividade e tudo isso. Se a gente pudesse pensar um pouco sobre isso, você consideraria um avanço para o ensino superior?

WGS: Não estudei esse tema a não ser por dados muito agregados. É minha opinião sem política, opinião privada, sobretudo. Nem avanço, nem retardo, não só nas ciências sociais, mas em todos setores há uma democratização do ensino superior. Por algum tempo se paga um preço. Decuplica o número de universitários, mas não tendo o mesmo nível de excelência que se tinha antes. A Faculdade Nacional de Filosofia em que eu estudei Filosofia não é a de hoje, que relativamente piorou. Mas não tem jeito, não se tem professores a altura suficiente, a formação dos próprios professores é deficiente. Acho que durante algum tempo não teve muita burocracia, aí começam a querer resolver a qualidade por via de papel.

ES: Há a intensificação do trabalho também, a gente trabalha muitíssimo em relação ao que se trabalhava, trabalha no atendimento de aluno, dois cursos superiores por semestre, duplica o número de horas de aula. Existe uma intensificação do trabalho.

WGS: Aumentou o universo, mas eu acho que tinha que ter mais gente. Se formos comparar tem-se pouca informação e pouca idéia. A primeira atitude da Rússia quando brigou com a China, ou a China brigou com ela, foi tirar todos os assessores tecnológicos e científicos daquele país. Essa é uma variável estratégica. Sou favorável a isso, paga-se um preço por isso, não só o professor. Acho que sou favorável, tem que se avançar muito, se produz pouco, apesar da intensificação do trabalho produz-se pouco e repete-se muito.

— ** —

RESUMO: Nesta entrevista, Wanderley Guilherme dos Santos descreve sua trajetória política e intelectual desde os anos sessenta. Fala da universidade pública, de instituições como o ISEB e o IUPERJ, da UNE, do PCB, do MST, do PT, da FIESP, da CUT e outras, além de tecer comentários sobre o processo sócio-político, os direitos de cidadania e a democracia no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências sociais; política; cidadania; marxismo; participação; universidade.

ABSTRACT: In this interview, Wanderley Guilherme dos Santos describes his own political and intellectual life since the 60's. He speaks about the public university and about institutions such as ISEB, IUPERJ, UNE, PCB, MST, PT, FIESP, CUT and some others, besides commenting the social and political process, the citizens rights and democracy in Brazil.

KEYWORDS: Social sciences; citizenship; Marxism; politics; participation; university.